



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, aos 09/02/2023.

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às catorze horas, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz – Maranhão no Auditório da SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde, para tratar assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. Albane Freitas de Sousa, Presidente do CMS declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Justificada a ausência dos Conselheiros: Apolonia Vieira de Sousa, Ana Lucia Miranda, Holden Arruda Farahne Martins, Ercy Maria, Rosemar Melo Teles, Denilson Oliveira Silva e Silvia Viana Silva por questões de saúde. Em seguida apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens na ordem conforme consenso de todos os presentes: 1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Questões Cardiológicas; 3º PONTO: Comissão de Acompanhamento da Rede; 4º PONTO: Agentes de Endemias; 5º PONTO: Apresentação COAPES/NEPS e 6º PONTO: Informes da Saúde. Iniciou-se com 1º PONTO: **Leitura da Ata da Reunião da reunião anterior**, feita pela Conselheira Naari Margli Alves de Andrade, e em segundo onde o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva comentou sobre o atendimento da OTODIAGNOSE, dizendo que a empresa não está fazendo seu serviço, e que no Maranhão tem 03 (três) empresas que fazem esse mesmo serviço, e sugere que os pacientes de Imperatriz sejam encaminhados pelo TFD – Tratamento Fora de Domicílio, para dar continuidade aos seus tratamentos, pois já tem mais de 1 (um) ano que a OTODIAGNOSE não está atendendo. Relatou ainda que foi feito uma licitação e que a OTODIAGNOSE só teve interesse nos serviços, não entrando na licitação da compra de aparelhos porque não quiseram, e que a SEMUS continua em débito com eles, e por isso não querem atender até que o débito seja pago. Ainda com a palavra, o Conselheiro comentou que diante de tantos problemas que Imperatriz vem enfrentando, não tem nenhum representante da gestão presente para dar explicações e solicita que o Secretário de Saúde Alcemir Costa, seja comunicado da ausência de seus representantes. O Sr. Presidente do CMS observou que tanto titular como suplente estão ausentes, e informa que, somente a Conselheira Ana Lúcia Miranda de Oliveira, que após finalizar seu expediente de trabalho na SEMUS, foi até a



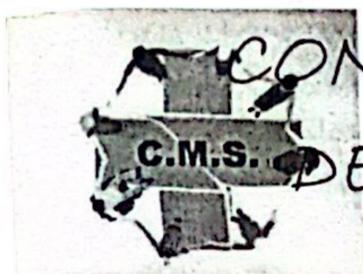
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

sala do CMS e justificou sua ausência por problemas de Saúde. Que o Secretário de Saúde Alcemir Costa será notificado, pois diante de tanta confusão na cidade com relação a saúde, temos que ter um representante da Gestão em todas as reuniões, dando explicações aos questionamentos e esclarecendo as dúvidas dos Conselheiros. O Conselheiro Davi Brandão de Jesus, comenta que na leitura da ata, observou o ponto onde fala de equidade, que faz menção ao negro, LGBT e outros, e acha necessário incluir as comunidades e povos tradicionais. O Presidente do CMS explicou que como o Conselheiro não estava presente nessa reunião, não poderá fazer alterações. Em seguida colocou a Ata da reunião anterior em votação, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO- Questões Cardiológicas** - O Sr. Presidente do CMS – Albane Freitas de Sousa fez uma breve explanação dizendo que o Coordenador da Auditoria, Sr. Esmerahdson de Pinho se colocou à disposição para explanar sobre esse tema nesta reunião, porém encaminhou ofício justificando sua ausência por questões de saúde e da mesma forma o Coordenador da UPA São José, Sr. Vitor Pachelle que ficou de vir nos informar sobre as mudanças na UPA São José e funcionamento da mesma, justificou sua ausência, em virtude de estar dando apoio na implantação de leitos de UTI's no HMI. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, sugere que a Comissão de Acompanhamento da Rede faça fiscalização para ver a questão da cardiologia na auditoria, já que o Coordenador não pode vir a esta reunião. A Conselheira Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, sugere que a Auditoria seja inclusa na relação de UBS – Unidades Básicas de Saúde a serem visitadas. Os membros da Comissão de Rede Silvana Lima da Costa Pitol, Jurandi Mesquita e Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, ficaram responsáveis por realizar essa visita. **3º PONTO – Relatório de visita da Comissão de Acompanhamento da Rede.** Com a palavra a relatora da Comissão, Silvana Lima da Costa Pitol iniciou sua fala esclarecendo que está neste CMS representando o SINDSAUDE, onde seu Sindicato também tem uma escala de visitas aos ambientes de Saúde, e no dia 25/01/2023, foi convidada a fazer uma visita ao SAMU-192, e já aproveitou junto com o Conselheiro Rafael Agostinho de Sousa para fazer a visita pela Comissão de Rede, e ao retornar, trouxe as informações para o Presidente do CMS e o mesmo solicitou que fosse feito um relatório para trazer a este colegiado, que depois de lido foi aprovado na Comissão de Rede e hoje está sendo submetido à apreciação desta plenária. Relatou ainda que esta visita foi 02 (dois) dias



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

antes do Ministério Público apresentar as denúncias que estão sendo vinculadas nas redes sociais e foi informada que o SAMU iria receber 02 (duas) ambulâncias das que estavam no conserto. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva fez uma breve explanação das condições em que o SAMU se encontra e informa que no período de janeiro e fevereiro de 2023, já entrou R\$ 959.000,00 (novecentos e cinquenta e nove mil reais) para o SAMU e essas ambulâncias ainda continuam paradas, e pergunta o porquê de os funcionários estarem lá com esse tanto de ambulância quebrada. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol disse que os funcionários estão em seu local de trabalho, cumprindo sua carga horária e se não tem carro para rodar, não é problema deles. Nesse momento a Conselheira Livia M^a Dias Oliveira Bustamante disse que para o SAMU receber o repasse do Governo Federal, precisam dos funcionários, apesar de não terem seu principal meio de trabalho. O Conselheiro Jurandi Mesquita propõe que seja enviado documento para o Secretário de Saúde pedindo que ele justifique onde esse recurso do SAMU está sendo aplicado. Nesse momento, o Sr. Presidente do CMS – Albane Freitas de Sousa disse que segundo o Secretário de Saúde, todo o repasse que recebe do SAMU, está sendo gasto na folha de pagamento dos funcionários do SAMU. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol fez uma breve explanação dizendo que desde que foi tirado a TESOURARIA do prédio da SEMUS, todos os problemas da saúde que já eram grandes, ficaram maiores. Disse que em outros momentos esse colegiado já tentou o retorno da mesma para que se tivesse o controle das contas a receber e contas a pagar, porque a tesouraria administrada pela Receita Municipal é complicada porque não sabemos de nada, eles gastam tudo, até para a prestação de contas dos programas não se tem informação, e além disso não estão trabalhando a contento por que os recursos não estão chegando nos programas. E falou das dificuldades, pois os usuários reclamam, se vamos na Atenção Básica há falta de medicamentos, falta de consultório odontológico, falta Raio-X, e nós como controle social temos que cobrar da forma certa. Diante do exposto, sugere pedirmos mais uma vez, apoio do Ministério Público para que a Tesouraria da Saúde volte para a SEMUS. O Sr. Presidente do CMS Albane Freitas, disse que o Ministério Público já está ciente, inclusive foi enviada uma cópia da resolução que solicita o retorno da Tesouraria para a SEMUS. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que a Receita Municipal toma conta de todos os recursos, tanto recursos da saúde como da educação e de outras secretarias, e usam o mesmo recurso



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

para todas as secretarias, isso significa que os funcionários da saúde só recebem seus salários quando o recurso Federal da MAC chega, e é utilizado para pagar somente os funcionários, esqueceram os Fornecedores e Prestadores. A Conselheira Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, disse que estamos vivendo outro momento com o Ministério Público e tudo indica que eles estão querendo de fato fazer mudanças, então, acha interessante solicitar novamente esse apoio ao Ministério Público para o retorno da Tesouraria para a SEMUS. Todos foram de acordo com o envio de ofício. O Conselheiro Davi Brandão de Jesus, acha que devemos protocolar esse ofício e chamar a imprensa para pressionar de forma social, tanto o Ministério Público quanto a Prefeitura, já que fizemos essa solicitação e não fomos atendidos, temos que tornar público esse ato grave, pois já são várias solicitações sem retorno. O Presidente do CMS Albane Freitas de Sousa, disse que já tem uma Comissão de Divulgação responsável por divulgar os atos do Conselho. A Comissão de Rede esteve no dia 06/02 (2^a feira) no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz, atendendo a uma solicitação do CMS, por conta dessas questões da justiça, e com o parecer do Ministério Público em mãos, constataram que estavam finalizando o conserto do tomógrafo com previsão para os primeiros testes. Vimos alguns ambientes com a reforma concluída e outras em andamento. Relatou também que a Comissão de Rede ano passado esteve no HMI para ver a questão da compra dos leitos de UTI, no entanto, o HMI fez uma parceria com o INCOR de São Paulo e já instalaram todos os respiradores e estão com os equipamentos prontos para funcionar. Esse projeto tem prazo para início e término, sendo que para concluir, falta o município colocar os profissionais para trabalhar, e nós como Conselheiros devemos acompanhar esse processo. A Conselheira Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, disse que o CMS deve, através da Comissão de Rede, visitar os locais que já foram reformados, porque no HMI tem algumas salas em que a reforma foi concluída, no entanto, continuam com as mesmas infiltrações. Sugere que a empresa responsável pelo serviço, seja cobrada a refazer a reforma nos locais que continuam com esses problemas. Então cabe ao conselho acompanhar essa obra e cobrar da empresa para que seja feito um serviço de qualidade. O Sr. Presidente pede para a Comissão de Rede fazer essas observações e realizar a fiscalização. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva solicita informações dos 07 (sete) leitos de UTI's que foi autorizado a compra pelo CMS no final de 2022, pois, ao se fazer vistoria das 10 (dez) UTI's autorizadas, somente 03 (três)



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

estavam prontas e não instaladas e faltavam 07 (sete), por isso, quer saber se foram compradas ou não. Devido não ter nenhum representante da gestão presente para dar explicações, sugere ao Presidente do CMS, solicitar do Secretário de Saúde essas informações dos leitos de UTI e todos foram de acordo. O Conselheiro Rafael Agostinho de Sousa com apoio dos demais membros da Comissão de Fiscalização pede para que seja solicitado da SEMUS a folha de pagamento dos concursados e contratados dos últimos três meses para análise. Colocado em apreciação, a solicitação foi aprovada por todos os presentes. Na oportunidade, o Conselheiro Davi Brandão de Jesus que faz parte do coletivo LGBT, pede que seja implantado ambulatório para atender a parte medicamentosa das pessoas trans, caso não seja atendida a solicitação, o documento deverá ser encaminhado ao Ministério Público. O Presidente do CMS disse que vai conversar com o Setor de Planejamento da SEMUS e verificar se essa solicitação já está inclusa na PAS – Programação Anual de Saúde. A Conselheira Lívia M^a Dias Oliveira Bustamante fez uma breve explanação dizendo para o conselheiro que tudo para acontecer tem que estar inserido na PAS. O Conselheiro Davi Brandão de Jesus disse ainda, que essa população trans, não tem condições financeiras de comprar seus medicamentos e o município é obrigado a arcar, e quer que seja solicitado por ofício, e exige que esse ambulatório seja implantado. Após acirrada discussão, ficou do Conselheiro Davi Brandão de Jesus encaminhar ofício para o CMS, que ao receber o documento vai ver a viabilidade de sua solicitação ser atendida junto ao Setor de Planejamento com a Sra. Doralina Marques. **4º PONTO- Agentes Endemias.** Ao fazer uso da palavra, a Conselheira Maria do Socorro Sales Ribeiro, falou da ausência dos representantes da gestão para dar esclarecimentos aos questionamentos dos conselheiros, e fez uma breve explanação dizendo que o último concurso para Agentes de Endemias foi em 2012, a população aumentou e sem contar que na época só foram ofertadas 10 vagas e dos que preencheram estas vagas, alguns já saíram e ficou defasado, sem contar que nosso ACE – Agentes de Controle as Endemias na sua maioria são idosos, uns aposentaram, e outros faleceram devido a pandemia. Tudo isso implica na saúde e há muito tempo a categoria vem cobrando isso da gestão. O trabalho está sendo feito por equipe, sendo que a cada mês um agente novo se apresenta na residência e isso tem dificultado o trabalho porque nem todos querem abrir suas residências para desconhecidos, com medo de assaltos. Outro ponto, é o projeto da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

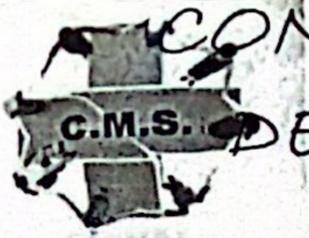
inclusão dos ACE nas Equipes de Saúde da Família e já tem até alguns colegas inclusos, porém, só no papel. Falou também do adicional que vem do Governo Federal, além das 12 parcelas do repasse federal, que também liberam um adicional no mês de dezembro como gratificação anual. Algumas prefeituras pagaram, só que Imperatriz ainda não pagou e por conta desse impasse, faz essa solicitação para o CMS intervir, por que os acordos não estão sendo cumpridos por parte da gestão. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol lembrou que ano passado quando o pessoal da Zoonoses veio aqui, colocaram essa necessidade de concurso público e que a SEMUS já tinha sido informada. A Conselheira Maria do Socorro Sales Ribeiro pede a Mesa Diretora do Conselho que solicite via ofício estas informações da SEMUS, já que a Sr^a Doralina Marques do Setor de Planejamento disse que já foi feito todo o levantamento, estudo, zoneamento e mapeamento mostrando das vagas e local onde precisa, queremos saber como está a questão do concurso público para os Agentes de Endemias e informações da resposta do ministério da saúde. A categoria protocolou documento na SEMUS, mas não obtiveram respostas. Aprovado enviar documento para o Secretário de Saúde solicitando as informações da Conselheira quanto ao andamento do concurso para ACE.

5º PONTO- COAPS/NEPS - O Sr. Presidente do CMS- Albane Freitas de Sousa, apresentou a nova Coordenadora do NEPS e COAPS, Sr^a Janildes Maria Silva Gomes, onde a mesma disse que está dando continuidade aos trabalhos dessas duas coordenações, que são distintas, porém, interligadas. O COAPES é o contrato organizado de ensino em saúde, ou seja, é o órgão responsável por regularizar e regulamentar os estágios que acontecem dentro da rede municipal de saúde de graduação, residência e especialização, junto às instituições públicas e privadas. A portaria de regulamentação do COAPES foi em 2020, que com a pandemia teve algumas mudanças na portaria, e em 2021 foi implantada uma nova portaria que está em vigência, especificando a implantação dessa nova coordenação, porém, tem algumas etapas para dar seguimento. A exemplo, a Sr^a Janildes Maria Silva Gomes enviou documentos ao conselho solicitando informações sobre o que já tinha sido deliberado pelo CMS, porém, no conselho não foi encontrado nenhuma resolução com referência ao COAPES. Por isso estamos aqui fazendo essa explanação a vamos encaminhar a este colegiado o Regimento Interno do COAPS para ser submetido à apreciação por este CMS. A outra demanda é em relação ao NEPS- Núcleo de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

Especialização Permanente em Saúde do Município, que tem por objetivo articular, planejar e realizar as oficinas e cursos de aperfeiçoamento permanente para todos os servidores do SUS. Mesmo ele tendo sido constituído em 2017, sua portaria ainda não foi publicada e vai encaminhar novamente os documentos que precisam ser analisados e aprovados pelo CMS para que possam dar seguimento as atividades e certificar os servidores. No dia 12/08/2021, neste CMS, foi apresentado o projeto, porém não teve resolução. O Conselheiro Davi falou da importância dessa certificação da formação continuada e de 2020 até o presente momento temos passado por um processo de mudança, por isso é importante se continuar a trabalhar a formação continuada. O Sr. Presidente pede agilidade da Sr^a Janildes Maria Silva Gomes em enviar com antecedência os documentos que serão analisados para aprovação. 6º PONTO-informes: O Conselheiro João Carvalho Parrião leu a minuta dos ofícios encaminhados à SEMUS e a outros órgãos da saúde, sem respostas nem dos documentos recentes e nem dos anteriores que foi lido na reunião passada. Dentre esses documentos está a solicitação dos crachás, da encadernação das leis pertinentes ao CMS para serem entregues aos novos conselheiros, que inclusive já estão cobrando, e comentou ainda que, o mínimo que a gestão pode fazer pelos conselheiros é conceder o lanche, pois tem conselheiro que vem para a reunião diretamente do trabalho. O Conselheiro Jurandi solicita que seja enumerado todos os ofícios não respondidos e reencaminhar a SEMUS e aos outros setores da saúde, caso não respondam, vamos tomar outras providências. Todos foram de acordo. Lido o documento recebido do MP por parte da Juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré, solicitando o comparecimento dos Conselheiros de Saúde na Audiência Pública na Câmara de Vereadores dia 10/03/2023 as 09:30h, com a finalidade de discutir o funcionamento e condições de prestação de serviços públicos no âmbito do HMI, de modo a permitir que a sociedade civil possa tomar conhecimento da situação em que está afetando toda a sociedade local. O Conselheiro Rafael Agostinho informa que a Dr^a Ana Lucrécia Bezerra Sodré retornou ao HMI - Hospital Municipal de Imperatriz e encontrou o Tomógrafo sem funcionar e faz uma observação para o pessoal da Comissão de Rede, que os 10 leitos de UTI's que estão sendo colocado no HMI é para a unidade coronariana, que antes ficava no PS - Pronto Socorro e a Coordenadora quer mudar para o 2º andar, onde era a UTI infantil. Nada mais havendo a se tratar, a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO

reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação, será assinada por quem de direito. Imperatriz/MA, 09/02/2023.

- 1. ALBANE FREITAS DE SOUSA Albane Freitas de Sousa
- 2. JURANDI MESQUISA Jurandi Mesquita
- 3. NAARI MARGLI A. ANDRADE Naari Margli Alves de Andrade
- 4. LEONTINO PEREIRA DE OLIVEIRA Leontino Pereira de Oliveira
- 5. MARIA HELENA DOS SANTOS ROCHA Maria Helena dos Santos Rocha
- 6. SILVANA LIMA DA C. PITOL Silvana Lima da Costa Pitol
- 7. FLORACI MARIA DA S. LIMA Floraci Maria da S. Lima
- 8. MARIA DO SOCORRO SALES RIBEIRO Maria do Socorro Sales Ribeiro
- 9. DAVID BRANDÃO DE JESUS David Brandão de Jesus
- 10. HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA Hélio José Bertoldo da Silva
- 11. LIVIA MARIA DIAS O. BUSTAMANTE Livia Maria Dias O. Bustamante
- 12. JOÃO CARVALHO PARRIÃO João Carvalho Parrião
- 13. SILVIO TAYGUARA DE SÁ UCHOA Silvio Tayguara de Sá Uchoa
- 14. RAFAEL AGOSTINHO DE SOUZA Rafael Agostinho de Souza
- 15. SANDRA MARIA BATISTA M. BARBOSA Sandra Maria B. Maria Barbosa
- 16. SILVANEIDE CAVALCANTE DA SILVA Silvaneide Cavalcante da Silva

Imperatriz, 9 de fevereiro de 2023